FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472

A sexualidade na Geografia Agrária: desafios de um fenômeno transversal

Tiago Rodrigues Moreira^I , Eduardo Marandola Jr.^{II}

^I Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-1307-4602>

^{II} Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, São Paulo, Brasil

Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7209-7735>

RESUMO

Os estudos de gênero e de sexualidade se consolidaram no âmbito da Geografia brasileira nos últimos 20 anos, a partir do trabalho de diferentes pesquisadoras e pesquisadores. Esta consolidação, como campo, passa a se espalhar por outros ramos da disciplina, em alguns casos com mais fluência e, em outros, com mais dificuldade. Este talvez seja o caso da Geografia Agrária, na qual podemos identificar um conjunto também significativo de estudos de gênero, o mesmo não podendo se dizer de estudos que tematizam a sexualidade. Este artigo busca problematizar os desafios da Geografia Agrária de trabalhar a sexualidade, no contexto das múltiplas ruralidades, das relações campo-cidade e da homonormatividade, que contribui para uma perspectiva que associa a homossexualidade ao sistema urbano-metropolitano, resultando na concentração de pesquisas nestes espaços em detrimento dos processos em áreas e modos de vida rurais.

Palavras-chaves: heteronormatividade; homonormatividade; relações campo-cidade; geografias de gênero e sexualidade

Sexuality in Agricultural Geography: challenges of a transversal phenomenon

ABSTRACT

In the last 20 years, gender and sexuality studies have firmly established themselves in Brazilian Geography, due to the work of various researchers. Its consolidation as a field of study has extended to a bunch of other disciplines, albeit with varying degrees of fluency. An example is Agricultural Geography, where there is a significant number of gender studies, and also a scarcity of studies on sexuality. This article aims to highlight the challenges faced by Agricultural Geography in addressing sexuality, especially considering the multiple ruralities, the relationships between rural and urban

spaces, and homonormativity. The latter tends to associate homosexuality with urban environments, resulting in a concentration of research in these spaces to the detriment of processes occurring in rural areas and the ways of life present there.

Keywords: heteronormativity; homonormativity; countryside-city relationship; geographies of gender and sexuality

La sexualidad en la Geografía Agraria: desafíos de un fenómeno transversal

RESUMÉN

Los estudios de género y sexualidad se han consolidado en el ámbito de la Geografía brasileña en los últimos 20 años, a partir del trabajo de diferentes investigadores. Esta consolidación, como campo, comienza a extenderse a otras ramas de la disciplina, en algunos casos con más fluidez y, en otros, con más dificultad. Este puede ser el caso de la Geografía Agraria, en la que podemos identificar un conjunto también significativo de estudios de género, no lo mismo puede decirse de los estudios que se centran en la sexualidad. Este artículo busca problematizar los desafíos de la Geografía Agraria en el trabajo sobre la sexualidad, en el contexto de múltiples ruralidades, relaciones campo-ciudad y homonormatividad, lo que contribuye a una perspectiva que asocia la homosexualidad con el sistema urbano-metropolitano, resultando en la concentración de investigaciones en estos espacios en detrimento de procesos en el medio rural y formas de vida.

Palabras-clave: heteronormatividad; homonormatividad; relaciones campo-ciudad; geografías de género y sexualidad

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é levantar uma problemática, na forma de investigação preliminar que busca sinalizar para a necessidade de tematização da sexualidade no contexto dos estudos da Geografia Agrária. Fenômeno transversal que tem sido objeto de pauta de movimentos sociais, luta por direitos humanos e perspectivas teóricas críticas no âmbito filosófico-científico, a sexualidade tem sido incorporada em diferentes ramos da Geografia, para além da própria constituição de um campo específico dedicado aos estudos de gênero e de sexualidade.

Joseli Maria Silva, há mais de 10 anos, indagava: “Por que a geografia brasileira é pouco permeável à abordagem de gênero?” (SILVA, 2009, p. 55), problematizando a supremacia masculina nos estudos da Geografia. A pergunta nos convoca à urgência de desconstruir o posicionamento machista, misógino e sexista que ainda permanece estruturalmente estabelecido no miolo da Geografia brasileira.

Tomando a indagação icônica da autora, podemos nos perguntar quanto ao papel da sexualidade nos estudos da Geografia Agrária. Se podemos identificar com facilidade as questões de gênero tematizadas, em especial na esteira do trabalho pioneiro da geógrafa Rosa Ester Rossini, o mesmo não pode ser dito da sexualidade, ainda pouco discernível em um olhar mais geral. Este artigo é uma sinalização nesta direção, como maneira de identificar desafios e potencialidades para os estudos que se voltam para o campo e o rural na Geografia pela incorporação desta importante temática contemporânea.

Trabalhamos com dois caminhos para tematizar a problemática. O primeiro é o de considerar o movimento de emergência dos estudos de gênero e de sexualidade, buscando sugerir elementos que indicam um terreno mais preparado na Geografia Urbana do que na Geografia Agrária, pelo menos inicialmente. O segundo caminho se refere a questões próprias relacionadas à sexualidade, como a globalização urbano-metropolitana, as transformações nas relações campo-cidade e a homonormatividade, que contribuem para concentração de pesquisas nas grandes cidades em detrimento dos processos em áreas e modos de vida rurais.

1. Emergências das geografias de gêneros e de sexualidades

Atualmente há um campo consolidado de estudos de gênero e de sexualidade na Geografia Brasileira, o que é demonstrado por revistas, teses e dissertações defendidas, publicações, presença em encontros nacionais da Geografia, dentre tantos outros elementos.

Narrar como este processo se deu, é tarefa já realizada (Silva; Chimin Junior; Nabozny; Ornat; Rossi, 2009, Silva; Chimin Junior; Peracetta Filho; Rossi, 2009). O que nos interessa aqui, é problematizar a maneira como o tema emerge na Geografia Agrária, e de certa forma, como a emergência do campo se dá, associando a temas/interesses ligados à Geografia Urbana. Para isso, não vamos analisar a trajetória ou o conjunto da obra dos autores/autoras em questão, mas apenas sinalizar o movimento no campo.

Quando se refere ao campo das Geografias de Gênero e de Sexualidade, Joseli Maria Silva pode ser considerada uma das mais relevantes autoras na sua constituição, atuando de diferentes maneiras em sua difusão e consolidação. Sua tese de doutorado, “A Verticalização de Guarapuava PR e Suas Representações Sociais”, foi defendida em 2002, expressando uma trajetória de estudos urbanos, em interface com os estudos da Geografia Cultural. Orientada por Roberto Lobato Corrêa, a tese não tematiza questões de gênero ou de sexualidade, expressando uma formação ancorada tanto na tradição da Geografia Urbana, quanto na então

emergente Geografia Cultural. Neste sentido, o debate da verticalização de uma cidade média, tema que teve um lugar especial nos estudos urbanos no país durante uma época, se alia às representações e construções simbólicas elaboradas pelos grupos sociais (Silva, 2002; 2004). No entanto, ali foram lançadas as bases para sua inquietação:

Durante o trabalho de campo realizado para elaboração de minha tese de doutorado na periferia de uma cidade média do centro-oeste paranaense, observei que no bairro pobre selecionado para minha pesquisa, a sociabilidade estabelecida era baseada nos laços de família, vizinhança e que as mulheres desempenhavam um papel central na produção destas relações. As instituições e serviços ligados ao mundo da reprodução familiar como saúde, educação e casas comerciais ligadas a provisão doméstica eram marcadas pela ação feminina (Silva, 2003, p. 31).

É a partir destas bases que a autora inicia sua trajetória acadêmica de busca de construção de metodologias e perspectivas teóricas para abordar as relações de gênero na Geografia. Neste sentido, aponta para a potencialidade dos estudos de gênero para a análise geográfica (Silva, 2005), buscando realizar uma nova leitura do temário da tese a partir da perspectiva de gênero, trazendo a tradição das geógrafas feministas, em especial anglo-saxãs, para a Geografia Cultural e Urbana (Silva, 2007).

A fundação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 2002-2003 (Cesar; Cabral, 2012), permitiu a formação de geógrafos e geógrafas que ajudaram a difundir e consolidar o campo no país, compreendendo as articulações de gênero e de sexualidades em diferentes contextos, mas mantendo, até certo ponto, as bases iniciais: uma perspectiva crítica oriunda das geografias feministas anglo-saxãs, em uma perspectiva culturalista voltada para fenômenos manifestos na/pelas cidades. Assim, a questão da sexualidade aparece muitas vezes atrelada às questões de violência (de gênero e urbana), como em processos de prostituição e as condições de vida da população travesti (Ornat, 2011; Nabozny, 2013).

Nos anos 2000, foram registradas, portanto, as primeiras dissertações e teses de doutorado dedicadas ao campo no país. Benhur Pinós da Costa está entre os primeiros a realizar esta trajetória, o que inclui tanto sua dissertação de mestrado, quanto sua tese de doutorado, nas quais investigou as (micro)territorialidades cotidianas de homens gays no espaço público de Porto Alegre, compreendendo a convivência homoerótica subterrânea.

Em sua dissertação, defendida em 2002, “A Condição Homossexual e a Emergência de Territorializações” (Costa, 2002), seguida de sua tese de doutorado, de 2007, “Por uma Geografia do Cotidiano: Território, Cultura e Homoerotismo na Cidade” (Costa, 2007), ambas orientadas por Álvaro Luiz Heidrich, articula o tema a uma perspectiva territorial da Geografia

Cultural, no contexto dos estudos urbanos de uma grande cidade. As dinâmicas de encontros, os códigos e as representações, bem como as estratégias de, pela territorialidade, garantir espaços para a manifestação de suas sexualidades, está na base de um debate que introduz os sujeitos homoafetivos nas pesquisas na Geografia brasileira.

Diferente de Silva e dos estudos do GETE/UEPG, no entanto, Costa está voltado para a questão da diversidade cultural e para as construções identitárias, nestes primeiros estudos, tanto do ponto de vista dos grupos, mas sobretudo, na maneira como tais sujeitos sociais se territorializam no espaço urbano (Costa, 2000). Neste sentido, a perspectiva de múltiplas territorialidades alimenta a perspectiva de sexualidades “divergentes” e seus enfrentamentos para se realizar em um espaço urbano que é heteronormativo e produzido a partir de territorialidades que negam a diferença e a diversidade (Costa, 2005a; 2005b).

Nota-se em ambos os casos uma trajetória que vai dos estudos urbanos e culturais em direção às questões de gênero e de sexualidades. Movimento que também podemos observar em trabalho que antecede estes, cronologicamente e, talvez, anteceda a própria formação do campo: a pesquisa acerca das territorialidades das prostituições conduzidas pelo geógrafo Miguel Angelo Ribeiro, no Rio de Janeiro.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1970 a 1999 e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde 1997, produziu uma série de estudos relacionados à industrialização, regionalização e urbanização. Seus primeiros estudos relacionados à territorialidade da prostituição, pioneiros no tema no Brasil, foram publicados em meados dos anos 1990 (Ribeiro; Mattos, 1995, 1996), associando-se rapidamente ao nascente Núcleo de Estudos em Espaço e Cultura (NEPEC), o primeiro centro difusor da Geografia Cultural na UERJ.

Seus estudos, portanto, também expressam esta relação da sexualidade com a dinâmica urbana e os estudos culturais, em uma perspectiva territorial que envolve também outras interfaces oriundas de sua tradição de investigação com o planejamento urbano, dos usos dos espaços públicos e algumas dimensões do turismo (Ribeiro, 1997; Ribeiro; Mattos, 1997).

Desta lista de estudos precursores, certamente o nome de Rosa Ester Rossini tem um lugar especial. Não apenas por anteceder em quase duas décadas qualquer outra preocupação registrada do tema na Geografia brasileira, mas por sua pesquisa ser oriunda dos estudos da Geografia Agrária.

A autora é considerada, com justeza, a precursora dos estudos de gênero na Geografia do Brasil, atuando no tema desde os anos 1970, não apenas academicamente, mas também no

contexto dos movimentos sociais. Sua formação foi dedicada aos estudos agrários e sua relação com a migração, defendendo o doutorado “Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo” (Rossini, 1975), temas que marcam sua perspectiva de trabalho de maneira permanente.

No entanto, é em sua tese de livre-docência, de 1988, que consolida aquilo que vinha aparecendo em seus trabalhos de maneira cada vez mais consistente: o papel das mulheres nas relações de trabalho no campo. “As mulheres na lavoura canavieira paulista”, consolida suas pesquisas na Geografia Agrária, investigando o papel da mulher, seu trabalho e a implicação das relações de gênero nas lutas do campo, com destaque para as articulações dos processos migratórios, as relações campo-cidade e as condições e relações de trabalho em especial na lavoura canavieira do estado de São Paulo (Rossini, 1983; 1988).

O trabalho de Rossini foi responsável, em grande medida, para incorporação da questão de maneira ampla nos estudos de Geografia Agrária. Historicamente relacionados com as questões econômicas e, mais recentemente, com as relações de trabalho e produção, pode-se dizer que é neste campo que há uma primeira consolidação dos estudos de gênero na Geografia, mas por uma via de entrada distinta dos autores mencionados anteriormente, razão pela qual a questão da sexualidade não está, inicialmente, tematizada nestas pesquisas.

Os trabalhos de Roseli Alves Santos exemplificam isso, em suas pesquisas dedicadas aos espaços que as agricultoras camponesas se situam e quais são as relações com a dominação masculina no campo. Santos (2010; 2020) descortina posições e demarca territórios constituídos pelas mulheres do campo, seguindo o novo proposto por Rosa Rossini. Nas palavras da geógrafa,

Temos que romper com a lógica da produção masculina de invisibilidade de parcela da sociedade constituída pelas mulheres e LGBTs, nos colocando neste mesmo processo produtivo que exige das mulheres sobrecargas de trabalhos e ainda, colocam em xeque o caráter científico de suas preocupações. A todo instante as mulheres são chamadas a comprovar a cientificidade das suas proposições, mesmo na geografia que tem visto a ampliação das temáticas de gênero, diversidade sexual, questões étnicas entre outras de relevância social (Santos, 2020, p. 239).

Vemos na citação a sinalização da importância da diversidade sexual e a população LGBT(QIA+), o que começa a aparecer mais recentemente nos estudos da Geografia Agrária, de maneira separada, historicamente, das questões de gênero. No entanto, tal incorporação tem ganhado ampliação, como a autora sinaliza, o que tem começado a aparecer em alguns trabalhos recentes.

Vinicius Nunes Fileto, por exemplo, defendeu sua dissertação intitulada “Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro” no ano de 2020 pela Universidade Federal de Uberlândia, tendo como principal objetivo “identificar as resistências, bem como as novas territorialidades associadas à incorporação da discussão LGBT no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro onde analisamos os textos coletados que por sua vez demandam considerável parte do tempo de trabalho” (Fileto, 2020, p. 06). O referido trabalho sustenta sua articulação por três eixos, “a questão agrária, a sexualidade e os movimentos de luta pela terra perspectiva geográfica contemporânea nos fez optar por colocar todos os debates em suas perspectivas em nosso texto” (Fileto, 2020, p. 06)

O trabalho de Fileto (2020) no campo da Geografia Agrária, busca diálogo direto com os trabalhos de Joseli Maria Silva, promovendo uma possibilidade de intersecção epistemológica e metodológica. O resgate para os estudos em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são potências para pensar as narrativas de pessoas LGBTQIAP+ no rural e como isso se choca com a normatividade urbana.

Nota-se, assim, aberturas para pesquisas que têm começado a tematizar a questão da sexualidade na Geografia Agrária, embora ainda em uma proporção menor que as questões de gênero, em especial no que se refere à mulher. No estudo de David e Marafon (2021), realizando balanço dos estudos recentes da área, sinaliza para a presença de linhas em grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq dedicadas à questão de gênero e identidade (em quatro grupos), mas não de sexualidade. No entanto, nas últimas edições do Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), desde 2019, grupos de trabalho que tematizam não apenas a questão de gênero, mas também a de sexualidade, passaram a fazer parte do evento.

Estes sinais, somados à forte consolidação do campo de Geografias de Gênero e Sexualidade no Brasil, contribuem para um cenário de ampliação do tema nos estudos da Geografia Agrária, em diferentes contextos. Quais suas potencialidades e desafios?

2. Sexualidade: um fenômeno urbano?

“A geografia homossexual se ramifica nos grandes centros urbanos”

(Michael Pollak, 1987, p. 58)

Para lidar com nossa questão-problema, trilhamos agora um segundo caminho, já anunciado, que se refere ao contexto em que a própria sexualidade, enquanto fenômeno, tem sido compreendida e investigada, atrelada ao sistema urbano-metropolitano globalizado, segundo determinados padrões normativos associados também a valorações e representações do rural e do urbano.

Para atender aos objetivos deste breve artigo, vamos focalizar as discussões do tema referentes à homossexualidade masculina, a título de buscar pistas de maneira circunscrita da ampla questão em tela.

É neste sentido que iniciamos com a epígrafe de Pollak, o qual aponta para o ponto central que operou, durante muito tempo, como um lugar-comum nos estudos de gênero e de sexualidade: a centralidade dos espaços urbanos, em especial os das grandes cidades, para a difusão de geografias permeáveis a sexualidades distintas dos padrões heteronormativos.

O filósofo francês Didier Eribon (2008), em sua obra “*Réflexions sur la question gay*” (“Reflexões sobre a questão gay,” tradução livre), aponta que as cidades sempre tiveram o caráter de refúgio para os homossexuais, referindo-se propriamente às grandes cidades, nas quais a liberdade sexual não tinha os mesmos mecanismos de controle e contingência. Eribon (2008) indica a distinção desta escala urbana para as cidades pequenas e o contexto rural, os quais estariam mais propensos a promover a injúria e a violência contra pessoas com sexualidades divergentes. Isso deriva do modelo heteronormativo ocidental patriarcal judaico cristão, o qual estaria de alguma maneira mais entrincheirados nos espaços rurais e das pequenas cidades e seu conservadorismo, contrastando com a cultura cosmopolita e democrática das grandes cidades.

No entanto, este modelo, que opera de maneira dicotômica campo-cidade, tem recebido continuadas críticas nos últimos anos, apontando-se para as mudanças nas relações campo-cidade e a prevalência de processos de ruralidade e urbanidade em diferentes espacialidades (Rua, 2005; 2006; 2020; Woods, 2007). O processo de urbanização e modernização do campo promovido pela globalização tem contribuído para questionar a idealização de um rural arcaico cristalizado, embora por muito tempo a sexualidade não tenha se apresentado como uma problemática no campo, que seria “mais tradicional” que o urbano e, portanto, marcado pela matriz heterossexual que promove a heterossexualidade compulsória, com nítidas separações nos papéis de gênero, por exemplo.

De outro lado, a ênfase em pesquisas que apontam para a multiplicidade de encontros e para a variedades da rede de consumo, no contexto da globalização, também contribuíram para

reforçar esta associação das grandes cidades como lugares propícios à experiência homossexual (e de outras sexualidades distintas das matrizes normativas). Estabeleceu-se o pressuposto de que a homossexualidade carrega consigo uma estreita ligação com a cidade, seja pela maior difusão entre pares, pela maior facilidade de recursos ou pela promoção de uma maior liberdade existencial.

Em vista disso, os processos de identificação das masculinidades e feminidades ocidentais acabaram por naturalizar determinadas existências, promovendo assim um viver performático (Butler, 2000; 2003; Salih, 2017; Preciado, 2017). Essa cristalização dos papéis de gênero não permite que o fenômeno da sexualidade possa se manifestar, ou quando se manifesta, ocorre o envelopamento da mesma (Moreira, 2021).

Esse modelo de política social neoliberal promovido pelo capitalismo nos grandes centros cosmopolitas, tende a levar os homossexuais a perpetuar a matriz de normatividade esquematizada e arquitetada pela heterossexualidade, promovendo assim uma homonormatividade (Bell; Binnie, 2004; Brown, 2013). No entanto, não podemos nos esquecer que foi também pelas cidades e pelas grandes metrópoles que muitas pessoas LGBTQIAP+ conseguiram possibilidades e modos de sobrevivência, podendo ser vistos como anônimos e visíveis ao seu gosto, tomando posse de suas identidades (Harrison, 2009).

A sexualidade, no entanto, não é um fenômeno urbano, mas transversal. Ultrapassar esta associação direta com os espaços urbanos é um desafio, no entanto, também para a Antropologia, como mostra Fabiano Gontijo (2015), como para os estudos geográficos em outros países, que têm apontado para a importância do questionamento não apenas das heteronormatividades, mas, neste caso específico, também das homonormatividades.

Gavin Brown, da University of Leicester, no Reino Unido, é uma destas referências, tensionando os estilos de vida cosmopolitas e suas relações com as heteronormatividades e homonormatividades que se cruzam. Brown (2013, p. 135) tece uma “crítica às teorias ‘fortes’ da homonormatividade, que apresentam a vida urbana gay, no Norte Global, como sendo inteiramente saturada pela mercadoria e estruturalmente moldada pelo neoliberalismo, fazendo ambos parecerem dominantes, completos e inatacáveis”.

Nesse contexto, Brown levanta pesquisas sobre o consumo gay cosmopolita e abre possibilidades para pensarmos como deflagrar a homossexualidade nos contextos rurais. Se os modelos de economias estão criando e perpetuando normativas e conduzindo a certa homogeneização de culturas, podemos ver como possibilidades encaminhar a problemática para o rural.

Por isso, David Bell, geógrafo britânico, desde o início dos anos 2000, vem se dedicando em uma perspectiva de gênero e sexualidade atentando para às mudanças de comportamento devido às mediações do sistema consumista das grandes cidades em contraste com o rural. David Bell e Gill Valentine (1995), em “Queer country: Rural lesbian and gay lives”, sinalizam que os estudos que na época versavam sobre o rural tinham alguns problemas pois não levavam em consideração a sexualidade das pessoas que ali residiam. Afirma ainda, que por muito tempo nas televisões e filmes transmitiam um imaginário distópico da realidade de vidas gays e lésbicas no rural.

Bell (2000, p. 548. Tradução livre), preocupado com as imagens representacionais que pessoas gays e lésbicas levavam no rural, salienta que seu foco de pesquisa estaria “nas representações da masculinidade do gay rural; a partir de uma perspectiva dos estudos culturais, as representações na cultura popular podem ser lidas como concentrações de crenças, atitudes e práticas sociais e culturais mais amplas”¹. Kath Browne (2008), atenta às repercussões de Bell, sinaliza que o geógrafo não busca uma separação do rural e da cidade, pelo contrário, ele rebate a esta perspectiva dicotômica.

Jon Binnie e Gill Valentine (1999) argumentam que os primeiros estudos entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que tinham como foco a homossexualidade saíram de pesquisas relacionadas ao mapeamento das cidades, como bairros gays, bares gays e lugares de maior afetabilidade. No entanto, essas pesquisas correram um sério risco de se tornarem consideradas simplistas: “Estas suposições simplistas seriam consideradas altamente problemáticas e menos sustentáveis hoje”² (Binnie; Valentine, 1999, p. 176).

Embora Loyd e Rowntree (1978) e Weightman (1981) tenham sido os primeiros a publicar geografias da “paisagem gay”, é Manuel Castells (um sociólogo urbano) cujo trabalho é mais amplamente citado. Em *A cidade e as bases*, Castells (1983) apresentou material de seu estudo sobre espaços lésbicos e gays em São Francisco³ (Binnie; Valentine, 1999, p. 176).

Para o contexto da Geografia Agrária, os autores sinalizam que em meados dos anos 1990 emergiram diferentes trabalhos:

¹ Tradução livre do original: “my principal focus, then, is on representations of rural gay masculinity; from a cultural studies perspective, representations in popular culture can be read as concentrations of broader social and cultural beliefs, attitudes, and practices”.

² Tradução livre do original: “These simplistic assumptions would be considered highly problematic and less tenable today”.

³ Tradução livre do original: “While Loyd and Rowntree (1978) and Weightman (1981) were the first to publish geographies of the ‘gay landscape’, it is Manuel Castells (an urban sociologist) whose work is most widely cited. In *The city and the grassroots*, Castells (1983) presented material from his study of lesbian and gay spaces in San Francisco”.

O trabalho pioneiro de Jerry Lee Kramer sobre comunidades lésbicas e gays em Dakota do Norte (Kramer, 1995) e o trabalho de David Bell e Gill Valentine sobre a Grã-Bretanha rural (Bell e Valentine, 1995a) marcam um desenvolvimento significativo na geografia do trabalho sobre sexualidade, e reforçam claramente a necessidade de os estudos lésbicos e gays considerarem questões de espaço e lugar⁴ (Binnie; Valentine, 1999, p. 178).

Notamos assim que no contexto anglo-saxão, embora haja também o desafio de superar a associação simplista entre sexualidade e o espaço urbano, há significativos estudos que tematizam diferentes sexualidades nos espaços e contextos rurais, em diferentes perspectivas. A Geografia Agrária no Brasil parece ter iniciado, também, este caminho, podendo colher diferentes frutos no futuro próximo, que enriquecem não apenas suas próprias questões de pesquisa, mas também os estudos de gênero e sexualidade.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Este breve ensaio, como prolegômeno à questão, mostrou diferentes potencialidades para a Geografia Agrária, bem como alguns desafios, que a sexualidade, como fenômeno transversal, apresenta.

Como campo, a Geografia Agrária tem se mostrado articulada com as transformações sociais e paradigmáticas da Ciência e da Geografia. Darlene Ferreira (2001; 2002) mostra como ao longo do século XX os estudos incluíram diferentes problemáticas até incorporar, nos anos 1990 (último período analisado pela autora), uma perspectiva social ligada à transformação das relações sociais vividas no campo e da configuração territorial de produção do espaço capitalista. Nos últimos 20 anos, tais questões têm se aprofundado e, como mostram David e Marafon (2021), têm incluído temas emergentes que modificam as condições de vida no campo (em suas relações com o urbano e a globalização), dentre as quais podemos destacar as sexualidades.

Considerando os temas que estão presentes nas Geografias de Gênero e de Sexualidade no Brasil, como a violência, a homoafetividade, o cotidiano, a prostituição, o lazer, a transexualidade, as representações sociais, a diversidade, a intolerância, notamos que estes impactam as relações sociais e territoriais no campo. De outro lado, pensar a sexualidade apenas como fenômeno urbano, em um contexto em que as relações campo-cidade e a própria

⁴ Tradução livre do original: “The pioneering work of Jerry Lee Kramer on lesbian and gay communities in North Dakota (Kramer, 1995) and work by David Bell and Gill Valentine on rural Britain (Bell and Valentine, 1995a) mark both a significant development in the geography of work on sexuality, and clearly reinforce the need for lesbian and gay studies to consider issues of space and place”.

globalização trouxeram novas questões em termos de urbanidades e ruralidades, é fragmentar aquilo que no cotidiano acontece atravessado por relações dialéticas, políticas e sociais indissociáveis.

Temos ainda os estudos interseccionais, que articulam luta de classes, gênero e raça, (Crenshaw, 1991; 2002), crescentemente presentes nas discussões da Geografia Agrária, além do debate heteronormatividade-homonormatividade, que impactam diretamente as relações de gênero, de trabalho e as representações simbólicas do campo e da cidade.

Linda Peake (2016, p. 2), comentando o livro de David Bell e Gill Valentine (1995) “Mapping desire: geographies of sexuality”, salienta que “em um âmbito epistemológico significou um questionamento da constituição pré-discursiva do conhecimento geográfico como heteronormativo”⁵. Ou seja, a base epistemológica carece de uma virada, uma virada que agregue as porosidades da sexualidade em um nível transversal.

Assim, a sexualidade (junto com os estudos de gênero) reforça a necessidade de aberturas epistemológicas no âmbito da Geografia Agrária, e por isso podemos lembrar de um trecho do texto-manifesto do GETE/UEPG:

Desde 2003 o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) tem se perguntado sobre a contribuição da Geografia brasileira na construção da realidade socioespacial generificada e hierarquicamente organizada. Nossas inquietações nos levam às seguintes questões: Há uma postura desconstrucionista da falsa neutralidade da ciência produzida pelos pressupostos eurocêntricos? Em que medida os debates epistemológicos e metodológicos da Geografia têm incorporado uma perspectiva não sexista? Qual é o espaço de discussão interna das epistemologias feministas no discurso geográfico brasileiro atual? Qual é o reconhecimento intelectual das geógrafas no cenário da produção do conhecimento geográfico? (Silva; Nabozny; Ornat, 2010, p. 24).

Nos parece que, no caso da Geografia Agrária, os desafios e as potencialidades são os mesmos. Desafios que, em nossa perspectiva, já começaram a ser enfrentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, D. Farm boys and wild men: rurality, masculinity, and homosexuality. **Rural sociology**, v.65 I. 4, p. 547-561, 2000.

BELL, D.; VALENTINE, G. Queer country: rural lesbians and gay lives. **Journal of Rural Studies**. v. 11, n. 2, p. 113-122, 1995.

BELL, D.; BINNIE, J. Authenticating queer space: citizenship, urbanismo and governance. **Urban Studies**, v. 41, n. 9, 2009.

⁵ Tradução livre do original: “at an epistemological level it meant questioning the pre-discursive constitution of geographical knowledge as heteronormative”.

- BROWN, G. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. v. 4, n. 1, 2013.
- BROWNE, K. Imagining cities, living the other: between the gay urban idyll and rural lesbian lives. **The Open Geography Journal**, n. 1, 2008.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. 2ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CESAR, T. R. A. de O.; CABRAL, V. Sexualidades nas geografias ao sul do Equador: entrevista com Grupo de Estudos Territoriais (GETE). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, 2012.
- COSTA, B. P. A condição homossexual e a emergência de territorializações. 2002. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- COSTA, B. P. A relação dialética entre funcionalização e afetividade na construção do espaço urbano: a produção microterritorial e o caso das convivências homoeróticas subterrâneas ao social. **Caesura**, Canoas, n. 27, p. 45-68, 2005a.
- COSTA, B. P. A fragmentação espacial intra-urbana como expressão da multiterritorialidade na cidade. **Ágora**, v. 11, n. 2, 2005b.
- COSTA, B. P. Diversidade Cultural e Territorializações Intra-urbanas: tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, p. 173-188, 2000.
- COSTA, B. P. Por uma Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade. 2007. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002.
- DAVID, C.; MARAFON, G. J. A Geografia Rural e Agrária no Brasil: produção e divulgação do conhecimento. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 16, n. 43, p. 01-21, 2021.
- FERREIRA, D. A. O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, n. 16, p. 39-70, 2001.
- FERREIRA, D. A. O.; et al. As temáticas de pesquisa da Geografia Agrária nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Geografia na Região Sudeste. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

FILETO, V. N. Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

GONTIJO, F. G. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação?. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, p. 145-158, 2015.

HARRISON, M. The queer spaces and fluid bodies of nazarios's anarcoma. **Postmodern culture**. V. 19, n. 3, 2009.

MARAFON, G. J.; DAVID, C. D. A geografia rural e agrária no Brasil: produção e divulgação do conhecimento. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43, 2021.

MOREIRA, T. R. Lavrando a existência gay: ontofenomenologia da sexualidade-em-situação. **Dissertação**. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, 2021.

NABOZNY, Almir. **Meninas prostituídas e suas geo-grafias**. Jundiá: Paco, 2013.

ORNAT, M. J. Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil. 2011. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PEAKE, L. Review of, 'Mapping Desire' by David Bell and Gill Valentine, Classic in human geography. **Progress in Human Geography**, n. 4, 2016.

PRECIADO, P. B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RIBEIRO, M. A. C. Prostituição de Rua e Turismo em Copacabana - A Avenida Atlântica e a Procura do Prazer. **Revista Território**, Rio de Janeiro, p. 87-99, 1997.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Les Territoires de la Prostitution Dans les Espaces Publics de la Zone Centrale de Rio de Janeiro. **Geographie Et Cultures**, p. 9-28, 1997.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 15, p. 57-79, 1995.

RIBEIRO, M. A. C.; MATTOS, R. B. Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos na Área Central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-76, 1996.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. **Tese** (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROSSINI, R. E. Woman as Labor Force in Agricultural: The Case of the State of Sao Paulo - Brazil. **Studi Emigrazione**, v. XX, n.70, p. 221-228, 1983.

- RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **GEographia**, v. 22, n. 48, 2020.
- RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.
- RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.
- SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SANTOS, R. A. dos. Mulheres e Geografia – reflexões pertinentes?. **Geografia em Atos (Online)**, v. 3, n. 18, p. 227–242, 2020.
- SANTOS, R. A. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais do Sudoeste do Paraná. **GeoUERJ**, v. 2, 2010.
- SANTOS, R. A.; SANTOS, L. C. T. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 177-193, 2017.
- SILVA, J. M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.
- SILVA, J. M. A verticalização de Guarapuava-PR e suas representações sociais. **Tese** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 2002.
- SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J.; ROSSI, R. Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos. **GeoUERJ**, v. 2, p. 1-16, 2009.
- SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; PERACETTA FILHO, E.; ROSSI, R. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 3, p. 38-62, 2009.
- SILVA, J. M. A forma urbana vertical e as representações sociais. **Espaço e Cultura**, v. 17, p. 17-32, 2004.
- SILVA, J. M. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura**, v. 22, p. 97-109, 2007.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, p. 31-45, 2003.
- SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, 2010.
- WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human Geography**, ano 31, n.4, p. 485–507, 2007.

Tiago Rodrigues Moreira

Possui graduação em Bacharelado em Humanidades pela UFVJM (2015). É graduado em Geografia - modalidade: Licenciatura UFVJM (2017) É especialista em Ensino de Geografia latu-senso DEAD-UFVJM (2018) Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas FCA/Unicamp (2019) Doutorando em Geografia pelo IG Unicamp. Trabalha, principalmente, com a abordagem fenomenológica em estudos interdisciplinares nas áreas de ciências humanas e sociais. Interessa-se por questões de corporeidade, gênero, situações, lugares. fenomenologia, geografia humanista. É pesquisador dos grupos: GHUM - Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultura; NOMEAR - Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia; GHuAPo - Grupo de Pesquisa Geografia Humanista, Arte e Psicologia Fenomenológica. Geografia e contemporaneidade da UFF; GEDIS- Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade- UFU Integrante do LAGERR - Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência" (FCA/Unicamp). Linha de pesquisa: Geografia Humanista e Fenomenologia. Interesse nas áreas de ruralidade; sexualidade; corporeidade; existencialismo sartreano.

Email: tiagoufvjm@gmail.com

Eduardo Marandola Jr.

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2002 e 2003) e Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (2008), realizando a Livre Docência na Área do Núcleo Básico Geral Comum (Sociedade e Ambiente) (2016). Atualmente é Professor Associado II (MS 5.2) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp (campus de Limeira), onde coordena o Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR), do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) e atua como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA). É professor também do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. É editor da revista eletrônica Geograficidade, do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM/UFF/CNPq), do qual é um dos coordenadores. Coordena o Nomear - Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia (FCA/Unicamp) e é vice-líder do Grupo de Pesquisa Métodos Mistos e Análises Multiníveis (FCA/Unicamp). Tem trabalhado principalmente com perspectivas fenomenológicas, discutindo ontologia, epistemologia e literatura, em busca de abordagens teórico-metodológicas da interdisciplinaridade contemporânea. Interessa-se também pela interface dos estudos urbanos, ambientais e populacionais, em especial mobilidade urbana, riscos e vulnerabilidade e experiência nos processos de mudanças ambientais.

Email: eduardo.marandola@fca.unicamp.br